

A relação entre o rural e o urbano: transformações e dinâmicas na formação espaço-temporal de Canguçu e Horizontina- RS

The relationships between the rural and the urban: transformation and dynamics in the space-temporal formation of Canguçu and Horizontina- RS

Élvis Albert Robe Wandscheer¹
Éder Jardel da Silva Dutra²
Luiz Fernando Mazzini Fontoura³

RESUMO O presente trabalho aborda as transformações, dinâmicas e interações espaço- temporais ocorridas no estado do Rio Grande do Sul nos municípios de Canguçu e Horizontina. O primeiro está situado no sudeste do estado, já o segundo município na porção noroeste. Ambas as áreas possuem a evolução atrelada ao desenvolvimento da agricultura brasileira, porém de forma diferenciada. A metodologia utilizada foi a análise descritiva com abordagem qualitativa junto à amostra da população das áreas em estudo. A amostra foi aleatória e intencional por abarcar tão somente a população rural dos municípios. Os resultados permitem verificar que embora processos não homogêneos aconteçam no campo, existem aspectos convergentes que interferem diretamente nas formas e relações decorrentes, transformadores do espaço ao longo do tempo, alterando realidades do mundo rural. As novas perspectivas inseridas, quais sejam, trabalho em tempo parcial na agricultura, atividades de serviço ou instalação de pequenas agroindústrias, elucidam iniciativas que apontam para novas especificidades surgidas no âmbito do campo. As mesmas adaptam demandas externas ao rural e apresentam estreitas relações entre o rural e o urbano.

PALAVRAS-CHAVE Processos de modernização no campo. Dinâmicas rurais-urbanas. Rio Grande do Sul

ABSTRACT *The present study approaches the transformations, the dynamics and the space-temporal interactions occurred in the cities of Canguçu and Horizontina, both located in Rio Grande do Sul state of Brazil. The first is located in the South-Eastern part of the state, whereas the second encompasses a portion of North-Western portion of it. Both areas have their evolution linked to the development of the Brazilian agriculture, however with differentiated means. The methodology used was the descriptive analysis, with a qualitative approach in the samples of both populations. The sample was random and intentional in including only the rural population of both cities. The results show that despite the fact that non-homogeneous processes are implemented on the field, there are convergent aspects that interfere directly in the resulting relationships, transforming the space over the course of time, and modifying the reality of the rural world. The new inserted perspectives, whatever they are (work in partial time in agriculture, service activities or installation of small agroindustry's) show initiatives that point to new specificities that arise in the rural sphere. These adapt external demands to the rural, presenting narrow relationships between the rural and the urban.*

KEYWORDS *Modernization processes in the field; Rural-urban dynamic;. Rio Grande do Sul*

¹ Geógrafo e Economista, Mestre em Desenvolvimento Rural, Doutorando em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

² Licenciado em Geografia, Mestre em Geografia e Doutorando em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

³ Professor do Programa de Pós- Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

INTRODUÇÃO

Houve um tempo em que o espaço rural era visto basicamente como o lugar da agropecuária. Essa produção representava a garantia da reprodução da vida social. Posteriormente, com as alterações na forma de organização social e de intervenção sobre o espaço, verificaram-se diferentes tipos de adaptações da vida humana. Depois vieram as cidades, outra forma de adaptação, mas ainda dependente da produção de alimentos no campo. Assim, apesar de diferentes entre si, campo e cidade forjam relações pela divisão de suas tarefas e complementaridade de sua gente, que formam um só espaço, mas que definimos como rural e urbano.

A partir da Revolução Industrial, as formas de produção na cidade se alteraram significativamente, expandindo-se também para o campo. Daí em diante, cada vez mais a relação estreita que já existia passou a ser também considerada do ponto de vista da organização social e a artificialização do meio, que era significativa na cidade, também começou a ser comum no campo. Com isso, o que anteriormente separava o espaço rural e urbano passou a ser percebido como realidades que não os constituí enquanto espaços essencialmente disjuntos, pelo contrário, passam a se configurar cada vez mais próximos em sua organização espacial, sociedade e natureza, apenas com determinadas funções diferenciadas. Entretanto é necessário destacar que isto não se dá em todos os lugares simultaneamente, mas em um processo lento que pode incluir uns e excluir ou remodelar outros. Esta é a tarefa do pesquisador: descobrir a lógica desse processo a partir da leitura espacial.

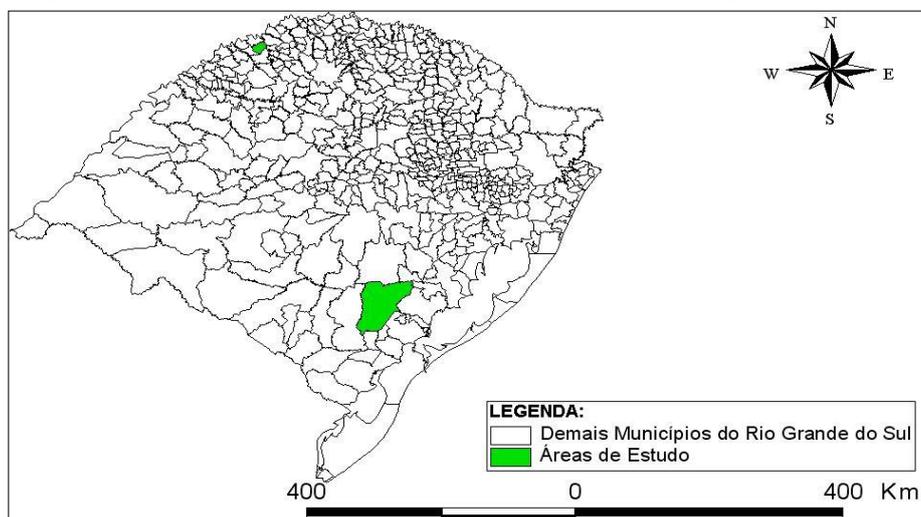
Diante de tal realidade, o presente artigo visa abordar a realidade das transformações espaciais, dinâmicas e interações espaço-temporais ocorridas em dois municípios do estado do Rio Grande do Sul. Os escolhidos foram Horizontina (situado no noroeste do estado) e Canguçu (no sudeste). Assim, a Figura 1 apresenta a delimitação espacial da área de estudo, evidenciando a localização de Horizontina e Canguçu.

Para tanto, o presente artigo está estruturado em cinco partes, a saber: i) Introdução: da sociedade rural à urbana; ii) Metodologia; iii) Agricultura e o processo de formação do espaço rural brasileiro e gaúcho: dos primórdios da atividade agrícola às formas contemporâneas (o qual subdivide-se em relações, processos e especificidades de Horizontina e Canguçu); iv) Tempo e espaço: duas realidades rurais-urbanas, processos similares, questões (problemáticas) convergentes e v) Considerações Finais.

Na introdução esboçam-se algumas questões referentes à evolução da sociedade rural à urbana, os diferentes processos que moldaram essa relação, bem como

as temporalidades presentes. Na metodologia descrevem-se o modo como foi concebido o artigo, a metodologia utilizada e o tipo de análise empregada. Na parte intitulada 'Agricultura e o processo de formação do espaço rural brasileiro e gaúcho: dos primórdios da atividade agrícola as formas contemporâneas', desenvolve-se a análise sobre a importância da agricultura na evolução humana, enfocando a importância da evolução agrícola nos municípios de Canguçu e Horizontina, evidenciando relações e processos que estiveram e estão presentes na realidade estudada. Em 'Tempo e espaço: duas realidades rurais-urbanas, processos similares, questões (problemáticas) convergentes' descrevem-se algumas das implicações dos processos modernizantes no campo e os reflexos na realidade das áreas estudadas.

Figura 1: Localização dos municípios de Horizontina e Canguçu - RS



Fonte: Adaptado de IBGE (2011).

METODOLOGIA

A presente pesquisa estrutura-se em distintos momentos, uma vez que trata de realidades municipais bastante dispare do ponto de vista de sua evolução histórica, mas que conservam similaridades quanto aos processos de modernização ocorridos no campo, bem como os reflexos do êxodo rural nos anos 1970 e seus desdobramentos contemporâneos. Para a análise pretendida, fizemos uso do método dedutivo. De acordo com Lakatos e Marconi (2010), esse método se caracteriza por uma abordagem mais ampla, em nível de abstração mais elevado, dos fenômenos da natureza e da sociedade. O método dedutivo, portanto, parte das teorias e das leis e na maioria das vezes prediz a ocorrência dos fenômenos particulares.

Como forma de operacionalizar o método escolhido adotou-se a abordagem qualitativa. Alguns autores entendem a pesquisa qualitativa como uma atividade de

investigação que pode ser denominada 'específica'. Essa é uma ideia fundamental que pode ajudar numa visão que abarque descrições do fenômeno imprimindo uma visão subjetiva. Assim, a realidade sob o ângulo qualitativo fornece interpretações que incidem sobre a percepção presente num determinado contexto (TRIVIÑOS, 2010).

Os instrumentos qualitativos utilizados foram principalmente: a entrevista e a observação não-participante. Quanto às entrevistas, as mesmas se constituíram em entrevista interpessoal de indivíduo para indivíduo, aplicada como ferramenta "útil quando os participantes não podem ser diretamente observados [...] Proporciona informações indiretas, filtradas pelos pontos de vista dos entrevistados" (CRESWELL, 2010, p. 213). A observação, nessa pesquisa, cumpriu papel de conjugar-se à entrevista, pois: "[...] A observação, sob algum aspecto, é imprescindível em qualquer processo de pesquisa científica [...] A observação apresenta muitas nuances em face de sua flexibilidade [...]" (RICHARDSON, 1999, p. 259).

O tipo de observação empregada foi a não-participante, onde "[...] o investigador [...] Baseado nos objetivos da pesquisa, e por meio de seu roteiro de observação [...] procura ver e registrar o máximo de ocorrências que interessa ao seu trabalho [...]" (RICHARDSON, 1999, p. 260)".

A amostra escolhida foi aleatória simples. Salienta-se que a principal característica da amostra aleatória é o acaso estatístico onde todos os membros da população têm uma chance igual e independente de serem incluídos na amostra (ALMEIDA, 1989).

O enfoque da amostra foi aleatório e intencional, uma vez que focou intencionalmente a população rural dos municípios de Canguçu e Horizontina. Em ambos municípios foram abordados percentualmente cinquenta por cento da amostra dos distritos rurais. Cabe salientar que, dada a proximidade das localidades rurais, a similaridade de informações e o nível de saturação obtido, tanto nas entrevistas como nas amostras não houve a necessidade de abordar todas as comunidades rurais dos municípios. Coube à pesquisa cumprir a medida de saturação da amostra.

Na teoria de amostragem, uma distinção é feita entre a população-alvo e a população-acessível [...] Contudo, não é possível realizar um estudo sobre a população-alvo. É necessário, portanto, identificar aquela parcela da população à qual se pode ter acesso: a população acessível. Da população acessível escolhe-se uma amostra representativa [...] (ALMEIDA, 1989, p. 78).

A análise e posterior apresentação dos resultados partiram da definição do método de análise dedutivo. Ao fazer uso desse método, intentou-se alcançar os objetivos propostos tendo como fim a realidade empírica e como fundamento das análises em

questão a abordagem do geral para o particular (do todo para as especificidades), das ideias para os fatos (dos ideários para a realidade em sua essência) e das generalizações para a observação do fenômeno (ampliação da escala da análise visando às peculiaridades) em suas manifestações nos espaços locais.

A AGRICULTURA E O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO ESPAÇO RURAL BRASILEIRO E GAÚCHO: DOS PRIMÓRDIOS DA ATIVIDADE AGRÍCOLA ÀS FORMAS CONTEMPORÂNEAS

A agricultura como atividade produtiva alterou os modos de vida da população humana e, dentre as mudanças proporcionadas, permitiu que o homem deixasse de ser nômade, formando comunidades. A agricultura foi um dos fatores essenciais para a evolução do atual estágio civilizatório, uma vez que guarda íntima relação com as transformações ocorridas nas sociedades primitivas.

A eficiência agrícola gradativa permitiu que parte da força produtiva se dedicasse a outras atividades, como o comércio e o artesanato. Os processos agrícolas foram evoluindo, fossem nas suas formas sociais ou na sua forma produtiva. A humanidade se tornou sedentária, formou comunidades que se transformaram em cidades, desenvolvendo atividades artísticas, como a pintura e a escultura, criando formas de governo e inclusive desencadeando guerras e conflitos com outras comunidades (RIBEIRO, 2000).

Ao final do século XVIII e no início do século XIX começou uma política de imigração para o Brasil. Os objetivos dessa iniciativa, conforme Berold et al. (2009), contemplavam basicamente três quesitos: i) ampliação da oferta de mão-de-obra aos fazendeiros produtores de café; ii) criação de uma classe média nacional; e iii) ocupação de porções de terra que se encontravam nas mãos de caboclos e de indígenas nativos. Tais porções estavam localizadas, sobretudo, no sul do país.

As características desses imigrantes, principalmente alemães (a partir de 1824) e italianos (a partir de 1870), que vieram inicialmente para o sul do Brasil, marcaram a forma de produzir, com a introdução do sistema de produção familiar.

O sistema de produção familiar introduzido no Brasil é caracterizado pelo predomínio das pequenas e médias propriedades com emprego intensivo da mão-de-obra do agrupamento familiar. A exploração familiar corresponde a uma unidade de produção agrícola onde a propriedade e o trabalho estão intimamente ligados à família (LAMARCHE, 1993).

No Rio Grande do Sul a agricultura familiar esteve historicamente alicerçada na variedade de produtos cultivados, bem como na criação de pequenos animais. No entanto, as estruturas da produção agrícola foram modificando-se ao longo do tempo, especialmente a partir da década de 1940 do século XX. Nesse período, as concepções de desenvolvimento norteadoras das políticas mundiais no pós-Segunda Guerra Mundial incorporaram em sua essência componentes ideológicos que, tanto nas matrizes socialistas quanto capitalistas, enfocam fundamentalmente a busca pelo avanço técnico e o crescimento econômico, além de visualizar o Estado como agente capaz de promover tais mudanças.

A partir da visão mecanicista de progresso, quer seja ambiental, social ou político, houve a implantação da Revolução Verde, a qual visava basicamente aumentar os índices produtivos, em nome da modernização da agricultura, com o emprego maciço de agroquímicos e uso intensivo das novas tecnologias. O passivo ambiental deixado por essa forma de produzir baseada em pacotes tecnológicos fechados não permitia a observância das questões histórico-culturais de cada espaço e não foi diferente no estado do Rio Grande do Sul.

Com a mecanização do campo, as propriedades gaúchas de emprego intensivo da mão-de-obra reduziram a sua necessidade do contingente de força de trabalho. Ao liberar a força de trabalho no campo, houve importante incremento na migração campo-cidade, inchando as periferias dos grandes centros urbanos, ocasionando o esvaziamento populacional de extensas áreas rurais.

Esse processo potencializou, juntamente com a industrialização, o fenômeno de esvaziamento populacional de vastas áreas rurais. Tais aspectos colaboraram decisivamente para a estagnação econômica de boa parcela dos espaços rurais do estado do Rio Grande do Sul e a migração de cultivos diversificados para produção de *commodities*, realidade que reduziu ainda mais a demanda por mão-de-obra quanto aos potenciais da ocupação no campo. Assim, tanto a porção noroeste quanto uma parcela da região sul, sobretudo o sudeste do estado, enfrentaram dificuldades semelhantes, guardadas as proporções histórico-culturais, principalmente quanto às variáveis econômicas relacionadas às migrações populacionais.

Relações e Processos

O mundo industrializado abarca relações sociais que se condicionam em função da alocação da força de trabalho, das condições materiais e, sobretudo, pelo uso de maquinário nos processos produtivos.

Tal elemento essencial nesse contexto pode ser observado no âmbito do cenário nacional das relações que foram tecidas entre o meio urbano e o rural, onde os pacotes tecnológicos desempenharam um papel importante, quer por meio de técnicas que possibilitassem maior aproveitamento e produtividade da terra para a produção de alimentos, quer pela mecanização do cultivo ou, ainda, pelo emprego de insumos químicos nas atividades agrárias (processo também conhecido como industrialização da agricultura).

Assim, para muito além das mudanças concretas que proporciona aos espaços urbanos e rurais, tal transformação ocorrida na agricultura desse período se constituiu em etapa fundamental para se processarem as alterações da divisão de trabalho no campo e a busca dos habitantes rurais pelas ocupações urbanas, inicialmente voltadas ao setor secundário com o crescimento das indústrias e que recentemente têm ampliado sobremaneira o setor de serviços.

Horizontina: espaço da porção noroeste em questão

A porção noroeste do estado do Rio Grande do Sul, no contexto brasileiro de desenvolvimento capitalista no pós-guerra, vislumbra em suas colônias constante processo de parcelamento de sua área, até então pouco explorada em termos agrícolas e ocupada por tribos indígenas.

O processo de ocupação do solo para práticas agrícolas na maior parte do nordeste do estado do Rio Grande do Sul envolveu principalmente processos de migração das colônias velhas de imigrantes alemães - como São Leopoldo - e italianos - como Caxias do Sul - pois as terras nessas colônias não mais contemplavam o contingente populacional das famílias. Ressalta-se que não foi apenas a disponibilidade de área que suscitou o processo migratório, mas também a relação de similaridade do clima ou ainda, conforme Roche (1969, p. 322-331), “longe de estabilizar a população rural, de sustar as migrações internas, o regime de pequena propriedade suscitou-as em grande escala, pois não podia acomodar-se à divisão entre co-herdeiros em razão da alta natalidade, e, bem assim, à longa fidelidade dos colonos ao gênero de vida agrícola.”

É diante desse cenário que a prática agrícola se acelerou na segunda metade dos anos 1940. Foi assim que, no município de Horizontina, teve início em 1945 a oficina que viria a se tornar a empresa Schneider & Logemann e Cia - SLC (empresa que anos mais tarde, em 1979, associou-se à multinacional John Deere, que acabou adquirindo a SLC por completo em 1999). Os registros de Schneider & Logemann (1995, p. 29) demonstram a realidade vivenciada no âmbito local: “Naqueles áureos tempos [...], anos 50, a agricultura se desenvolvia rapidamente. Dos primeiros instrumentos agrícolas mais rudimentares e dos

processos manuais de trabalho, os agricultores passaram à utilização de máquinas e aparelhos cada vez mais aperfeiçoados”.

Esse importante aspecto nesse cenário é chave na formação espacial ali vigente e se refere ao duplo processo desencadeado através desta formação histórica. De um lado o processo amplia sobremaneira a formação de áreas onde passa a predominar o monocultivo da soja. De outro, no município de Horizontina passa a ocorrer um processo diferenciado, onde o mesmo intensifica a atividade industrial e, com isso, passa a apresentar diferente configuração socioespacial.

Para o município em particular, o período desenvolvimentista nacional propiciou ao setor industrial emergir a passos largos e trouxe consigo, não apenas a demanda por mão-de-obra e as mudanças na produção rural características do período, mas também as alterações na dinâmica sucessória, que até o final dos anos 1970 pouco significou em termos de problemática local, dada a estrutura familiar existente no meio rural que era capaz de suportar o êxodo rural e ainda garantir a manutenção das atividades agrícolas familiares, em virtude da numerosa quantidade de filhos e da estrutura fundiária calcada em propriedades familiares.

A partir das décadas de 1980 e 1990, a problemática da relação rural-urbano local se acentuou dando ênfase à relação que os espaços apresentavam. Assim, basicamente os quatro fatores dessa relação (apresentados a seguir) nortearam a questão:

a) A redução da demanda de trabalho nas atividades agrícolas em virtude da incorporação da mecanização no campo, fruto dos pacotes tecnológicos da Revolução Verde, que culminaram com profundas mudanças no campo. Assim, comumente se atribui à industrialização e, logo, à modernização da agricultura, a gama de mudanças que ocorreram no mundo rural, não apenas nas relações tecidas entre o rural e o urbano na alocação da mão-de-obra, mas também na própria demanda, emprego e carência da mesma na agricultura.

b) A diminuição das inversões do urbano para o rural por meio de investimentos de parentes que abandonaram as propriedades rurais como produtores, mas seguiram vinculados à produção como rentistas (seja em moeda, seja em grãos). Essa realidade foi decorrente da problemática do período recessivo que afetou majoritariamente o setor industrial, reduzindo postos de trabalho, afetando os reajustes salariais e que esteve estreitamente vinculado à problemática da inflação e à redução de investimentos estrangeiros (nesse período a indústria local já se constituía em capital misto, denominada SLC - John Deere). Nesse sentido, cabe salientar que esse período contemplou uma crise nacional, a ponto de ter sido batizada de ‘década perdida’.

c) A aceleração do processo migratório para outras áreas fazendo parte cada vez mais do cotidiano local, seja por meio da 'marcha para o oeste', seja para outros polos industriais do próprio Estado gaúcho como o Vale do Rio Pardo e a região metropolitana de Porto Alegre.

d) A redução dos auxílios agrícolas vigentes até a década anterior (1970) dada a intensa transformação que se processou na agropecuária brasileira, principalmente no período da 'modernização agrícola' que contou com a ação intensiva do Estado, como o grande articulador desse processo, pelo qual a política oficial relativa ao crédito rural constituiu o principal instrumento de política pública, possibilitando a consolidação do modelo de desenvolvimento que fora adotado na agricultura (CARDOSO, 1994). Já nos anos 1980, a economia brasileira ficou caracterizada pela instabilidade e hiperinflação. Os sucessivos planos econômicos, baseados em congelamento de preços, não foram eficazes no combate à inflação, nem tampouco contribuíram para a estabilidade econômica. No setor agropecuário, o crédito agrícola deixou de se beneficiar com juros abaixo da variação dos índices de preços, como também os ganhos decorrentes do câmbio praticamente desapareceram (BELIK. PAULILO, 2001). Assim, com o fim dos créditos subsidiados, os juros e financiamentos passaram a ser elevados, os incentivos para a modernização foram reduzidos e, conseqüentemente, a fase expansionista deu lugar à estagnação e ao declínio. Essa realidade impactou o setor agropecuário, sobretudo naqueles casos mais dependentes de empréstimos e financiamentos. Nesse sentido, Brum (1982) destaca que não foram somente as frustrações de safras que influenciaram o desempenho da agricultura e da economia, principalmente no planalto gaúcho, pois o mesmo aponta que a prosperidade era mais aparente que real, uma vez que a agricultura apresentava profunda vulnerabilidade em relação ao mercado externo, num momento em que a economia brasileira estava cada vez mais internacionalizada. O reflexo dessa realidade consolida a existência de, basicamente, sete conjuntos distintos e particulares de habitantes rurais no atual espaço rural de Horizontina.

Esses conjuntos são: i) Típico: basicamente constituído por habitantes-produtores agrícolas; ii) Atores diversificados: no qual os indivíduos produzem em espaços não muito amplos de terra e refere-se a agricultores familiares que, em sua maioria, costumam buscar inovações e ofertar produtos diferenciados visando a mercados alternativos; iii) Rentistas e beneficiários: habitantes que permanecem no meio rural, porém seus rendimentos provêm de rendas (investimentos, aluguéis, dentre outros e/ou benefícios da Previdência Social) oriundas de benefícios sociais; iv) Pluriativos de gênero: correspondendo aos núcleos familiares na qual um indivíduo possui ocupação em atividade urbana e o parceiro está envolvido em atividades laborais tipicamente rurais; v) *Pluriativos*:

abarcando núcleos familiares nos quais os indivíduos ainda mantêm práticas agrícolas, mas possuem outra(s) ocupação(ões), seja no setor secundário ou terciário socioeconômico no espaço local; vi) *Moradores rurais*: composta por sujeitos que utilizam o espaço rural unicamente como local de moradia, contudo os seus rendimentos (atividades/trabalhos) são exercidos no setor secundário ou terciário da economia local, ou seja, no espaço urbano; vii) *Empresários Agrícolas*: Constituído por proprietários de maior porte, dentre os quais a maioria possui duas residências, uma urbana e outra rural, e não raro passa o maior tempo no espaço urbano (WANDSCHEER, 2011).

Canguçu - espaço da porção sul em questão

Nas palavras de Bento (1983), o início do núcleo da imigração para Canguçu aconteceu no período entre 1780 e 1800 pelo contingente de açorianos oriundos das localidades de Torotama, Povo Novo e São José do Norte. Embora tenha ocorrido à chegada de açorianos no início do século XX, Canguçu possuía boa parte de suas terras sub-povoadas. Nas duas primeiras décadas do século XX, começaram a aportar os primeiros colonos (pomeranos e italianos) provenientes das colônias de Pelotas e São Lourenço do Sul. Desde o início, esses colonos dedicaram-se à policultura (feijão, milho, trigo, abóbora, batata doce e batata inglesa, entre outros) e à criação de animais, favorecendo o surgimento da agricultura familiar, inicialmente com características de subsistência (SIMCH, 2002).

O município de Canguçu, até meados do século XX, permaneceu relativamente despovoado. Como forma de fomentar o povoamento passou a receber imigrantes (pomeranos e italianos) conferindo nova dinâmica à ocupação ao desbravarem áreas até então sub-povoadas. Esses colonos inicialmente dedicaram-se à agricultura que tinha por base a subsistência e comercialização dos excedentes com as cidades próximas, nesse caso fundamentalmente Pelotas, que à época já representava um expressivo contingente populacional urbano.

Ao longo da década de 1960, com a expansão do mercado de consumo urbano, principalmente de gêneros alimentícios, muitas das agroindústrias situadas na cidade de Pelotas tiveram via subsídios governamentais a produção ampliada, refletindo diretamente nos municípios limítrofes (SIMCH, 2002). Em Canguçu o fenômeno representou várias frentes: i) incremento na produção das propriedades familiares, visando o fornecimento de matéria-prima para as indústrias conserveiras; ii) intensa exploração das indústrias em relação aos produtores familiares, revelando um precário sistema de integração; iii) intensificação do êxodo rural, com a migração de muitos moradores da zona rural em busca

de melhores condições de sobrevivência, atraídos pela elevada oferta de empregos, especialmente na cidade de Pelotas, derivada da pujança da cadeia conserveira.

Nas palavras de Simch (2002), o final dos anos 60 se caracteriza pela consolidação de um parque industrial constituído pelas indústrias alimentícias do ramo conserveiro na região de Pelotas. A política imposta no período do chamado 'milagre econômico' contribuiu decisivamente para a expansão do setor conserveiro na região, que absorvia a produção de pêssego, em especial. Naquele período ainda houve a instalação de uma grande planta industrial, denominada CICASUL, que processava produtos como pêssego, figo, aspargo, morango e milho verde, entre outros.

Apesar da implantação de grandes indústrias como a CICASUL, que em conjunto com a VEGA representava mais de 50% das conservas industrializadas em Pelotas, permanecia o problema da sazonalidade da produção persícola. Por isso, além do aumento na escala de produção, foi introduzido o processamento de outros produtos agrícolas como milho verde, pepino, cenoura e aspargo, produção oriunda da zona rural dos municípios limítrofes com Pelotas (SIMCH, 2002).

A diversificação da pauta produtiva conserveira foi ponto fundamental ao aumentar o número de empregos no meio urbano, mas fundamentalmente passou a ampliar a necessidade de produtos oriundos do campo e sabidamente em sua maioria provenientes de propriedades familiares de municípios limítrofes com Pelotas.

A dinâmica do setor conserveiro foi um dos fatores responsáveis pela geração de muitos empregos nos diferentes elementos da cadeia de produção. As grandes indústrias utilizavam elevados contingentes de mão-de-obra no processamento da produção. Segundo informações do Sindicato das Indústrias de Conservas de Pelotas e Região, empresas atualmente desativadas como CICASUL, AGAPÊ e VEGA eram as catalisadoras da imponência desse setor produtivo. O grupo AGAPÊ, em uma de suas plantas industriais na época de safra (dezembro, janeiro, fevereiro e março), utilizava mão-de-obra de cerca de 2.500 trabalhadores diretos (DUTRA, 2010).

Em Canguçu, por exemplo, outra empresa do grupo AGAPÊ, denominada LEGRAND S.A, possuía destaque. Essa expressiva indústria absorvia a mão-de-obra de cerca de 800 trabalhadores diretos (DUTRA, 2010).

Mesmo com toda pujança e importância socioeconômica de um dos ramos produtivos mais dinâmicos do Rio Grande do Sul, os governos estaduais e fundamentalmente o Governo Federal nos tempos de Sarney (1985-1990), Collor (1990-1992) e Itamar (1992-1995) foi insensível à solicitação de ajuda de um setor que mostrava dificuldades para competir com outros mercados na economia globalizada.

Várias indústrias de médio e grande porte que já enfrentavam dificuldades tiveram que encerrar suas atividades, dado o fato que era impossível produzir em condições tão complexas e inexoravelmente insustentáveis. As poucas indústrias que resistiram ao processo de inserção direta na economia globalizada adotaram modernos processos de automação industrial e, conseqüentemente, emprego de mão-de-obra especializada.

Com a desestruturação da cadeia conserveira e a conseqüente diminuição na demanda por frutas, muitos dos produtores familiares, que tinham na fruticultura a fonte de recursos para sobrevivência de suas famílias, ficaram à margem do processo e, portanto, excluídos.

As conseqüências da desestruturação da cadeia das conservas no meio urbano foram complexas com a geração de um enorme contingente de desempregados, mas no meio rural os desdobramentos caracterizaram-se por serem de difícil solução. Como resultado imediato, um grande número de agricultores abandonou o campo. Outros ficaram com dívidas impagáveis para os seus padrões, obrigando-se a vender suas terras para saldar os compromissos ou desfazer-se de suas poucas economias conseguidas como fruto de muito esforço e trabalho.

Com as dificuldades enfrentadas, muitas famílias venderam suas terras, equipamentos de trabalho e migraram para a cidade. Em sua maioria, jovens em busca de melhores condições de vida. Outros, por sua vez, passaram a dedicar-se à cultura do fumo. Esses agricultores, em que pesem as dificuldades, permanecem na zona rural gerando trabalho e renda.

A cultura do fumo já estava presente na realidade canguçuense anterior ao ciclo conserveiro, todavia em pequena escala de produção que visava a atender apenas ao mercado local, com rara comercialização para outros locais. É importante salientar que essa produção era basicamente de 'fumo em corda', com emprego de técnicas rudimentares.

A partir da década de 1990 o fumo consolidou-se em Canguçu e municípios limítrofes (Pelotas e São Lourenço do Sul, em especial) ampliando constantemente as áreas destinadas ao referido cultivo. A discussão não se encerra aqui, pelo contrário. As conseqüências da inserção da fumicultura ainda são novas e carecem de análises, mas pode-se salientar, por exemplo, a ampliação da renda agrícola em muitas das propriedades familiares, evocando e propiciando a inserção econômica dos produtores. Com o aumento da renda, é natural que haja uma maior demanda por serviços. Em razão disso nos últimos anos uma série de redes de lojas, financeiras e de supermercados tem buscado expandir seus negócios em Canguçu.

Na área da prestação de serviços há fatos destacados que comprovam nossa tese. Em razão do aumento da renda rural, boa parte gerada pela fumicultura, muitos produtores familiares passaram a demandar e acessar serviços especializados até então restritos a uma parcela da população. Dentro desse contexto é visível em Canguçu a abertura de novos escritórios de advocacia, engenharia, arquitetura e de clínicas odontológicas e médicas, com profissionais que passaram a desenvolver suas atividades em tempo parcial ou integral no município.

Não se pode afirmar que toda gama de serviços que começaram a ser oferecidos tenha como razão única, a melhoria e o incremento da renda rural. Por outro lado, sem dúvida o crescimento dos níveis de renda da população local, em sua maior parte vinculados direta ou indiretamente ao meio rural, tem peso importante nessa análise. A presença de atores até então desconhecidos se dá em razão das perspectivas que se vislumbram para o município, com a retomada da agricultura familiar e o conseqüente protagonismo que passa a assumir, em função dos horizontes que se apresentam para a região como um todo.

TEMPO E ESPAÇO: DUAS REALIDADES RURAIS-URBANAS, PROCESSOS SIMILARES, QUESTÕES (PROBLEMÁTICAS) CONVERGENTES

Os processos engendrados no campo brasileiro, caracterizados por um modelo dominante, especialmente os elementos apresentados pela Revolução Verde, provocaram mudanças significativas na estrutura agrária do Rio Grande do Sul. Essa penetração levada a efeito, apesar de resistências, lenta e gradualmente foi alterando as características das realidades de Horizontina e Canguçu.

Nas palavras de Martins (2002), o mundo rural está aí também como resíduo, da modernização acelerada, que introduziu na vida das populações do campo um ritmo de transformação social e econômica gerador de problemas sociais que o próprio sistema em seu conjunto não tem como remediar.

Apesar da diferenciação existente entre os municípios de Horizontina e Canguçu, existe uma origem do processo em comum quanto às relações que foram tecidas entre o meio urbano e o rural. Os pacotes tecnológicos desempenharam papel importante, por meio de técnicas que possibilitaram maior aproveitamento e produtividade da terra para a produção de alimentos, seja pela mecanização do cultivo ou, ainda, pelo emprego de insumos químicos nas atividades agrárias (processo também denominado 'industrialização da agricultura'). Nesse sentido, a participação do estado é decisiva, pois se na produção industrial é a tecnologia que aproxima o tempo de produção e o tempo de trabalho, no meio

rural incorporado pelo modo de produção capitalista, e conseqüentemente a rotação do capital, é o crédito subsidiado que consegue igualar artificialmente esses dois tempos (FONTOURA, 2009).

É preciso entender que as relações urbano-rurais estão vinculadas a um modo de produção dominante, mesmo com a coexistência no passado de outros modos de produção. Como já houve no Brasil, algo único representado pelo escravismo colonial, foi o capitalismo e seu sistema de relações que sobrepujou as relações de diferentes ordens. Mais recentemente, sob a égide do capitalismo, se desenvolvem relações na modernidade, com diferentes impactos, em setores como a agricultura.

Nas palavras de Gerban e Fioravante (1978) o modo de produção é uma combinação específica de diversas estruturas e práticas que, em conjunto, aparecem como instâncias ou níveis, isto é, como estruturas regionais com autonomia e dinâmicas próprias.

O modo capitalista de produção, enquanto produz bens materiais, reproduz as relações capitalistas de produção e ao mesmo tempo reproduz essas relações, suas condições de existência superestruturais, isto é, as condições ideológicas e as relações de poder, assim como o papel que desempenham dentro da estrutura social. (GERBAN; FIORAVANTE, 1978).

Quando transposto para o meio rural, é perceptível a existência de atividades que dependem de um modo de produção que se caracteriza por sua dinâmica e capacidade de inserir inovações, tecendo novas relações. Por exemplo, a existência da pluriatividade no meio rural não é nova. Shanin (1983) já destacava na Rússia campesina a existência de trabalhadores rurais em tempo parcial. O Brasil, por suas especificidades, nos últimos anos passa a apresentar um fenômeno, o qual já é bastante antigo, mas que começa a receber atenção por parte dos estudiosos da temática.

Em Horizontina, o atual grupo de produtores típicos, os quais apresentam sua atividade laboral calcada na produção rural, basicamente foca sua produção em soja e uma menor parcela no milho, mesmo com ambos produtores voltados a mercados derivativos comuns, nos quais “contratos de comercialização são firmados entre compradores e vendedores com o objetivo de facilitar as trocas e alterar as características de risco futuro de preços das *commodities* agrícolas” (WAQUIL; MIELE; SCHULTZ, 2010, p. 36). A diferenciação de pequenos e grandes proprietários se dá na extensão de suas propriedades, onde a maior parcela da renda está centrada na produção agropecuária, porém divergem em ganhos dada a extensão da área e logo da produção total.

Persistem ainda nesses espaços atores agrícolas diversificados. Tal grupo contempla os indivíduos que seguem produzindo em espaços não muito amplos de terra

(entre 10 e 12 hectares) e refere-se a agricultores familiares que, em função das limitações de terras, procuram inovar através da diversificação e de novos cultivos, como hortifrutigranjeiros e floristas. Contudo, a exemplo dos produtores anteriores, diferenciam-se dos demais pela renda centrada na produção agropecuária.

A viabilidade econômica da atividade agrícola se dá em virtude da diversidade de estratégias e mercados, porém o que os diferencia é a maior expectativa de sucessores, tanto dos filhos e/ou parentes que ainda residem no meio rural (praticando atividades agrícolas ou não) quanto daqueles que saíram do espaço rural e não têm participação ativo-produtiva no campo.

Não se podem ignorar os rentistas e beneficiários. Esses habitantes constituem-se naqueles indivíduos que residem no espaço rural e têm seus rendimentos provenientes de rendas (investimentos e aluguéis, dentre outros e/ou benefícios da Previdência Social). Os indivíduos na situação de rentistas ou beneficiários de aposentadorias poderiam facilmente ser considerados apenas habitantes rurais e perfazem o fenômeno do envelhecimento rural.

Outro grupo é o dos indivíduos ligados ao urbano, voltado à pluriatividade, o qual pode ser vinculado ao núcleo pluriativo de gênero, correspondendo àqueles núcleos familiares no qual um indivíduo possui ocupação em atividade urbana e o parceiro está envolvido em atividades laborais tipicamente rurais, ou então totalmente pluriativos, onde todo o núcleo de familiares possui o total de ocupação(ões) no setor secundário ou terciário da economia local.

Diante dessa realidade, cabe salientar que a grande maioria dos filhos desses indivíduos já não se encontra no campo ou, então, apenas reside no campo, porém não realiza mais atividades agrícolas. Para grande parte dos evadidos do rural, na situação em que seus pais se constituem enquanto sujeitos pluriativos, a característica marcante é a negação de retornar à atividade agrícola, logo o processo de reprodução do grupo no espaço rural fica comprometido no longo prazo.

Assim, o processo histórico o qual o município de Horizontina atravessou desestruturou a organização agrícola do espaço rural local e constituiu os atores atuais, sendo que passam a contemplar novas atividades nesse espaço. Além disso, ampliou o êxodo rural. Tais fatores consequentemente desencadearam a sua redução em termos de importância econômica (logo, em termos de ocupação) e repercutem na ameaça da reprodução do núcleo rural ali constituído.

O município de Canguçu no sudeste do estado do Rio Grande do Sul, por sua vez, insere-se nas relações contemporâneas em uma integração periférica, como produtor

de matérias-primas para as indústrias de beneficiamento, possuindo como uma das características marcantes a presença de propriedades familiares. A realidade é bastante pontual e permite entrever o aumento de atividades necessariamente não-vinculadas à atividade agrícola. São trabalhadores nas pequenas agroindústrias, pedreiros, carpinteiros, aposentados, que passam a ter a renda agrícola complementada por outras atividades, fenômeno que, lenta e gradualmente, passa a ganhar força na realidade estudada.

As relações espaço-temporais estabelecidas em Canguçu permitiram a atual conjuntura de um município dependente do setor primário da atividade econômica. As diferenciações espaço-temporais tiveram momentos distintos. Os processos ocorridos, representados pela inserção de novos atores, implicaram em modificações na conformação territorial de Canguçu. Como fruto do referido processo, identificam-se três frentes distintas: i) modernização da atividade agrícola que, embora menos presente na realidade do município com a introdução de pacotes tecnológicos, liberou contingentes de mão-de-obra para o meio urbano; ii) *esvaziamento* populacional de áreas rurais, fenômeno expressivo, oriundo da intensificação e empobrecimento da população rural, sendo que, em razão da existência de famílias com grande número de membros, houve a necessidade de muitos integrantes migrarem para o meio urbano, migração esta associada às dificuldades de sobrevivência no meio rural; iii) desestruturação da cadeia conserveira, destacando-se fenômenos complexos que ainda carecem de estudo aprofundado e que conduziram a cadeia conserveira à desestruturação e perda de importância, tendo muitas consequências no meio rural, fato que também repercutiu no meio urbano ao gerar grande número de desempregados.

Por toda a complexidade da teia de relações, o município de Canguçu caracteriza-se como um espaço vinculado fortemente ao setor primário da atividade econômica. Em que pesem as novas possibilidades apresentadas pela inserção de dinâmicas como trabalho em tempo parcial, aposentadorias e atividades de lazer como *campings*, existe dependência da agricultura familiar como principal atividade econômica.

É possível identificar áreas próximas ao meio urbano, com atividade econômica dinâmica, e a existência de agricultores pluriativos. Não podemos generalizar o fenômeno, mas identifica-se que nas áreas que guardam maiores distanciamentos do meio urbano, ocupadas por atividades pecuárias, permanecem elementos que configuram setores pouco significativos na composição da renda municipal.

Para o caso específico de Canguçu, quando se aborda o caso dos produtores familiares que estão situados num raio de maior proximidade com a cidade, é perceptível à existência de atividades diversificadas. São verdureiros, produtores de frutas que visam

abastecer o mercado local e trabalhadores que exercem sua atividade no meio urbano (pedreiros, carpinteiros, serventes, entre outros), mas que também possuem atividades em tempo parcial ligadas diretamente ao cultivo agrícola.

Destaque importante que deve ser feito e muito comum na realidade estudada é a presença do grupo familiar, em que existe a distribuição de tarefas. Embora em muitos casos o chefe da família exerça uma atividade fora, outros membros do grupo realizam parte das tarefas. Esse fato é muito comum entre os produtores de leite onde o pastoreio dos animais e os cuidados básicos ficam por conta da mulher e dos filhos, enquanto o homem está trabalhando fora.

Mesmo nas propriedades em que o fumo é considerado a principal fonte de renda, existem outras atividades que permitem o ingresso financeiro no meio rural, como o consórcio leite-fumo, tão presente na realidade de Canguçu, ou a produção de alimentos visando a abastecer mercados próximos.

Fator importante na composição da renda familiar é a existência de aposentados no meio rural, que representam a entrada de consideráveis recursos na composição do orçamento familiar. Não é o objetivo de nossa pesquisa, mas a universalização da aposentadoria rural inclusive serve para resgatar o papel do aposentado e sem dúvida deve ser uma realidade a ser entendida e compreendida.

As dinâmicas inseridas no rural permitem verificar uma nova realidade, destacando um espaço de relações com o urbano. Entende-se, dessa forma, a intensificação das relações entre rural e urbano, superando a visão dicotômica que os apresentava como elementos distintos. A interação urbano-rural apresenta-se como um fato concreto, seja por meio de atividades tipicamente urbanas que passam a ser desenvolvidas no meio rural ou por trabalhadores rurais em tempo parcial e pela implantação de outras atividades não vinculadas à agropecuária, caracterizando a intensificação dos setores secundário e principalmente terciário nas relações econômicas existentes no âmbito desses espaços.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A modernização ocorrida no campo guarda muitas distinções, em diferentes espaços. Embora o processo não seja homogêneo, apresenta alguns pontos de convergência como fruto das formas e processos no espaço e no tempo que moldaram as realidades do noroeste e do sudeste gaúcho.

Ainda que a realidade do campo gaúcho seja complexa, com enormes diferenças regionais e intra-regionais, identificaram-se características comuns, como envelhecimento da população e êxodo rural, ocorridas especialmente nos anos finais do século passado.

No âmbito da agricultura, em vista de sua dinâmica, surgem outras forças produtivas que propiciam mudanças significativas. Assim, novos atores se incorporaram e implantaram inovações. No noroeste gaúcho, a partir de demandas do mercado internacional, como o cultivo da soja e a atuação da multinacional de implementos agrícolas, alterou-se a relação da região com o mundo colocando a necessidade de inter-relação entre redes de transportes, financeiras e comerciais e, logo, alterando a dinâmica socioeconômica local, sobretudo na relação campo-cidade, onde os novos elementos do espaço rural passam a estar cada vez mais subordinados às demandas tipicamente urbanas como a produção agrícola e a alocação de mão-de-obra.

As dinâmicas socioeconômicas da formação de Horizontina (no noroeste gaúcho) e em Canguçu (no sudeste gaúcho) permitiram a existência de elementos que apresentam similaridades, ainda que existam diferenças históricas e culturais. A implantação da modernização no campo foi uma das semelhanças, uma vez que ocorrida em espaços e tempos diferentes, propiciou a alteração das características organizacionais e distributivas socioeconômicas locais.

Fatores representados pela inserção em torno de novas ações e atividades no mundo rural expõem a existência de outras forças que passam a compor essa relação urbano-rural como complementares da interação das forças capitalistas. As novas atividades inseridas, quais sejam trabalho em tempo parcial na agricultura, atividades de serviço ou instalação de pequenas agroindústrias, são iniciativas que apontam para novas especificidades que vêm surgindo no âmbito do campo.

Compreende-se que essas dinâmicas modernas indicam tendências e mostram possibilidades de um rural que supera a visão até então dominante de um espaço que abarcava apenas a produção agropecuária. Igualmente a contradição desta aceção é vista ao deparar-se com mudanças incorporadas e avanços de processos globalizantes nos espaços, uma vez que os efeitos da modernização do campo e sua inserção na modernidade impacta diretamente o rural, transformando e (re)dimensionando suas lógicas, tendendo a colocar demandas externas ao rural que elucidam estreitas relações entre o rural e o urbano.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J. A. **Pesquisa em extensão rural**: um manual de metodologia. Brasília: Associação Brasileira de Educação Agrícola Superior, 1989.
- BELIK, W.; PAULILO, L. F. O financiamento da produção agrícola brasileira na década de 1990: ajuste e seletividade. In: LEITE, S. P. (Org.). **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001. p. 95-120.
- BENTO, C. M. **Canguçu**: um exemplo de reconstituição da memória comunitária. Porto Alegre: IEL, 1983.
- BEROLDT, L.; FRÖEHLICH, E. R.; ADOMILI, G. K.; MACHADO, J. A. D. (Org.). **Seminário integrador I**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009.
- BRUM, A. J. **Modernização da agricultura no planalto gaúcho**. Ijuí: FIDENE, 1982.
- CARDOSO, J. L. Relações entre o crédito e as características da agropecuária nas unidades da federação. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 59-74, mar./abr. 1994.
- CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- DUTRA, E. J. S. **O predomínio da fumicultura no Passo dos Oliveiras - Canguçu/RS - e as suas consequências**. 2010. 127 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande.
- FONTOURA, L. F. M. A relação campo-cidade como método. In: MEDEIROS, R. M. V.; FALCADE, I. (Org.). **Tradição versus tecnologia**: as novas territorialidades do espaço agrário brasileiro. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009. p. 269-284.
- GERBAN, P.; FIORAVANTE, E. **Conceito de modo de produção**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Cidades@**. Disponível em: <<http://ibge.gov.br/cidadessat/topwindow.htm>>. Acesso em: 17 maio 2011.
- LAMARCHE, H. (Coord.). **A agricultura familiar**: comparação internacional. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- MARTINS, J. S. Crítica da sociologia rural: o futuro da sociologia rural e sua contribuição para a dualidade da vida rural. In: _____. **A sociedade vista do abismo**: São Paulo: Vozes, 2002. p. 219-228.
- RIBEIRO, D. **O processo civilizatório**: estudos de antropologia da civilização. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- ROCHE, J. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969.
- SCHNEIDER & LOGEMANN e CIA - SLC. **50 anos**. Porto Alegre: LPM Editores, 1995.
- SHANIN, T. **El ultimo Marx**. Madri: Editorial Revolución, 1983.
- SIMCH, T. L. **Produção familiar na agricultura**: um exemplo de tipologia no município de Canguçu/RS. 2002. 197 f. Tese (Doutorado em Integração Regional) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

TRIVIÑOS, A. N. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2010.

WANDSCHEER, E. A. R. **Do campo à cidade**: o espaço e as atividades econômicas da população rural no município de Horizontina-RS. 2011. 109 f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) - Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria.

WAQUIL, P. D.; MIELE, M.; SCHULTZ, G. **Mercados e comercialização de produtos agrícolas**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2010.

Recebido em 20/04/2012

Aceito em 18/11/2013